



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2015.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 16:00 horas, no Plenário Procurador Manoel da Costa Nunes, 4º andar do Edifício-Sede da Procuradoria Geral de Justiça, localizado nesta Capital, à Rua Álvaro Mendes, Nº 2294, Bairro Centro, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Piauí, **CLEANDRO ALVES DE MOURA**, reuniram-se à discussão da reunião ordinária regularmente convocada para apreciação e deliberação das matérias constantes da pauta, anteriormente preparada e remetida a todos. **PRESENTES** os Procuradores de Justiça TERESINHA DE JESUS MARQUES, ALÍPIO DE SANTANA RIBEIRO, IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES, MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES, ROSÂNGELA DE FÁTIMA LOUREIRO MENDES, CATARINA GADÊLA MALTA DE MOURA RUFINO, FRANCISCO DAS CHAGAS DA COSTA NEVES, HOSAIAS MATOS DE OLIVEIRA, FERNANDO MELO FERRO GOMES, TERESINHA DE JESUS MOURA BORGES CAMPOS, RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO, ARISTIDES SILVA PINHEIRO, LUIS FRANCISCO RIBEIRO, ZÉLIA SARAIVA LIMA e CLOTILDES COSTA CARVALHO. **AUSENCIAS E JUSTIFICATIVAS:** ANTÔNIO GONÇALVES VIEIRA (férias), ANTÔNIO DE PÁDUA

FERREIRA LINHARES (justificada), ANTÔNIO IVAN E SILVA (férias), LENIR GOMES DOS SANTOS GALVÃO (justificada), JOSÉ RIBAMAR DA COSTA ASSUNÇÃO (férias). Seguindo a ordem dos trabalhos, nos termos do artigo 6º, inciso V do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, o Presidente realizou a conferência do *quorum* e declarou aberta a sessão. Cumprimentando os presentes, agradeceu a presença de todos e ressaltou a sua grande emoção em está presidindo sua primeira sessão do CPJ/PI, e que espera corresponder às expectativas da classe ministerial. Em seguida, requereu à Secretária do CPJ, Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, a leitura da Ata da reunião anterior, realizada em 13 de julho de 2015. Antes de iniciar a leitura, a nobre Secretária parabenizou o novo Procurador Geral de Justiça, afirmando que será uma honra sentar-se ao seu lado durante os 2 anos de seu mandato. Prosseguindo, fez a leitura da ata, a qual fora **aprovada com a seguinte ressalva**, requerida pelo Excelentíssimo Corregedor Geral do Ministério Público do Piauí, Dr. Aristides Silva Pinheiro: quanto ao ítem COMUNICAÇÕES DO CORREGEDOR GERAL DO MINISTERIO PÚBLICO DO PIAUÍ, esclareceu que com relação aos processos decididos pelo Procurador Geral de Justiça, somente enviará ao Conselho Nacional de Justiça, exclusivamente os processos cujas decisões do PGJ estiverem em conflito ou contrariedade com a sugestão apresentada pela Corregedoria Geral, quer absolvendo, quer condenando. Feita a ressalva, passou-se aos itens da pauta do dia, nesta ordem: ÍTEM 1) Sorteio para relator e revisor do recurso interposto por membro do MP/PI, nos atos do **Processo Administrativo Nº 22080/2014**. Assunto: Conflito de atribuições em face da 44ª Promotoria de Justiça de Teresina –

inicialmente, fora sorteada para a relatoria a Procuradora de Justiça Zélia Saraiva Lima, no entanto, como há nos autos sentença de sua autoria, como Procuradora Geral de Justiça, esta se encontra impedida de atuar no referido processo como relatora ou revisora. Realizado novo sorteio, a Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho fora sorteada como relatora e o Procurador de Justiça Hosaías Matos de Oliveira como revisor do recurso. ÍTEM 2) Sorteio para relator e revisor do **Processo Administrativo Nº 15763/2013**. Assunto: conflito de atribuições entre as Promotorias do Consumidor e Procon - Foi sorteado, para relatora, a Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos e, para revisor o Procurador de Justiça Luís Francisco Ribeiro. ÍTEM 3) Sorteio para relator e revisor do **Processo Administrativo Nº 4854/2013**. Assunto: sugestão de aperfeiçoamento da concessão da medalha “José Darcy Araújo” - Foi sorteado, para relator, o Procurador de Justiça Aristides Silva Pinheiro e, para revisora a Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Marques. O Procurador de Justiça Aristides Silva Pinheiro solicitou à Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Marques que fosse feita uma troca, passando esta a ser a relatora e aquele o revisor do processo sorteado, no entanto, fora informado pelos demais que a troca não poderia ser realizada, tendo em vista que no Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça consta apenas a possibilidade do Procurador de Justiça julgar-se impedido, sendo omissos quanto à possibilidade de troca na ordem de sorteios, devendo assim permanecer a ordem inicialmente sorteada. ÍTEM 4) Discussão e apreciação do **Processo Administrativo Nº 16888/2014**. Assunto: Proposta de Resolução disciplinando a distribuição das

atribuições das Promotorias de Justiça em Campo Maior – Pi.
Relatora: Procuradora de Justiça Martha Celina de Oliveira Nunes.
Revisor: Procurador de Justiça Francisco das Chagas da Costa
Neves – a relatora do processo deu início à leitura do seu voto, entretanto, foi observado pelos demais Procuradores de Justiça que o relatório que estava sendo lido não estava em consonância com a cópia enviada aos mesmos. Diante desse fato, a nobre relatora pediu desculpas pelo erro cometido, prosseguindo com a leitura de seu voto. Contudo, por tratar o referido processo sobre uma proposta de nova resolução, o Colégio de Procuradores de Justiça aduziu que para esta ser discutida e votada pelo colegiado, todos os membros devem ter em mãos cópia da resolução antiga, bem como da proposta de nova resolução. Dessa forma, a Procuradora de Justiça Marta Celina de Oliveira Nunes, retirou o processo de pauta, para fins de adequação de seu voto aos itens exigidos pelos nobres Procuradores de Justiça. ÍTEM 5) Assuntos Institucionais:
Comunicações do Corregedor-Geral do Ministério Público - O Procurador de Justiça Aristides Silva Pinheiro pediu a palavra para informar que, pela primeira vez na história do Ministério Público do Piauí, foi realizada uma correição na Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Filomena, ressaltando que o referido município, apesar de não possuir, juiz de direito, promotor de justiça, defensor público e nem delegado titulares, é um lugar de vivência ordeira e pacata. **Comunicações dos membros do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça** – A Ouvidora Geral do Ministério Público do Piauí, Procuradora de Justiça Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, distribuiu aos membros presentes o relatório mensal da Ouvidoria, referentes aos meses de abril e maio

de 2015. A nobre Ouvidora esclareceu que a demora na entrega dos relatórios se deu pelo desejo da Ouvidoria em apresentar um trabalho de qualidade, melhor elaborado, o qual foi muito elogiado por todos. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes perguntou ao Presidente sobre a situação das negociações referentes ao repasse do excesso de arrecadação devido ao Ministério Público e aos demais poderes. O Presidente informou que está aguardando uma reunião com o Governador do Estado para tratar sobre o repasse. Falou ainda que sua maior preocupação é da continuidade ao excelente trabalho realizado pela Procuradora de Justiça Zélia Saraiva Lima à frente da Procuradoria Geral de Justiça, e que para isso, montou uma excelente equipe de colaboradores, a qual, aliada aos estudos adequados, permitirá a viabilidade dos projetos e conseqüentemente o crescimento estrutural da Instituição. Ainda sobre os relatórios apresentados pela Ouvidoria, a Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho, parabenizou a Ouvidora Geral pelo ótimo trabalho realizado e solicitou um esclarecimento com relação à ausência de reclamações e denúncias sobre crianças e adolescentes. A Ouvidora esclareceu que, muito embora a existência da Ouvidoria do Ministério Público do Piauí tenha sido amplamente divulgada, através do rádio, televisão e viagens ao interior do Estado, não chegou ao órgão nenhuma reclamação ou denúncia sobre criança e adolescente. Ademais, solicitou que o número do telefone da Ouvidoria seja divulgado também através de adesivos colacionados nos carros de uso da Procuradoria Geral de Justiça, a exemplo do que ocorre em outras instituições, pleito que foi deferido pelo Presidente. Proseguindo, o Procurador de Justiça Hosaías Matos de Oliveira indagou o

Presidente sobre um boato que foi espalhado no âmbito do Prédio Sede das Procuradorias de Justiça, informando sobre a intenção de redução da remuneração dos Assessores dos Procuradores de Justiça. Indagou assim, o referido Procurador, se a presente informação trata-se de um boato ou de um fato. O Presidente falou que não existe nenhum estudo nesse sentido, tendo chegado a ele somente uma proposta da comissão de orçamento, objetivando a verificação e adequação dos valores de todos os cargos comissionados existentes no Ministério Público do Piauí, e não somente dos cargos em comissão dos assessores de Procuradores de Justiça, ressaltando que caso fosse necessária, a redução começaria pela sua gratificação, precedida logicamente de um estudo do impacto e da necessidade de realização dessa medida, aduzindo ainda que qualquer medida que venha a tomar será precedida de consulta ao Colégio de Procuradores de Justiça. Nada mais a ser tratado, conforme pauta de ordem do dia, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, cujos termos são lavrados nesta Ata, que lida e aprovada vai assinada pelo Excelentíssimo Presidente e, pela Secretária do Colégio, acompanhada, de forma pormenorizada, da respectiva gravação em DVD.

Cleandro Alves de Moura

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do CPJ

Martha Celina de Oliveira Nunes

Procuradora de Justiça

Secretária do CPJ